

PORTARIA Nº 61, DE 17 DE JULHO DE 2025

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria de Pessoal MINC n.º 1.010, de 16/08/2023, e de acordo com o disposto no Decreto n.º 11.178, de 18/08/2022, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

01-Autorização nº 17, Seção I, Anexo V, Pág. 13, da Portaria nº 11/2024, publicada no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2024, processo nº 01506.001597/2022-03, em nome da Sra. Juliana Soares, coordenadora geral, Projeto: de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - ANM 821.083/2012".

02-Autorização nº 29, Seção I, Anexo V, Pág. 19, da Portaria nº 81/2024, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2024, processo nº 01496.000184/2024-21, em nome do Sr. Hebert Rogério do Nascimento Coutinho, coordenador geral, Projeto: de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área na Área Usina Fotovoltaica Tauá III e IV, Tauá-CE. "

JEANNE CRISTINA MENEZES CRESPO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 23, de 20 de março de 2025, Seção I, Anexo V, Página 19, Autorização nº 22, processo nº 01496.000498/2022-62, publicada em 24/05/2025, onde se lê "Arqueólogo Coordenador de Campo: Gabriel Loterio Marques", leia-se "Arqueóloga Coordenadora de Campo: Kaira Pauline Sampaio Rocha Costa".

Na Portaria Nº 32, de 17 de abril de 2025, Seção I, Anexo II, Página 12, Renovação nº 04, processo nº 01496.000426/2022-15, publicada em 22/04/2025, onde se lê "Arqueólogo Coordenador de Campo: Gabriel Loterio Marques", leia-se "Arqueóloga Coordenadora de Campo: Kaira Pauline Sampaio Rocha Costa".

Na Portaria nº 108, de 23 de dezembro de 2024, Seção I, Anexo II, Página 36, Renovação nº 04, processo nº 01502.001174/2020-53, publicada em 24/12/2024, onde se lê "Arqueóloga de Campo: Lívia Blandina de Araújo Silva", leia-se "Arqueólogo de Campo: Francisco de Assis Soares de Matos".

Na Portaria Nº 32, de 17 de abril de 2025, Seção I, Anexo II, Página 12, Renovação nº 05, processo nº 01502.000917/2022-30, publicada em 22/04/2025, onde se lê "Arqueólogo Coordenador de Campo: Leandro Borges Bispo", leia-se "Arqueóloga Coordenadora de Campo: Tatiana Costa Fernandes".

Na Portaria nº 31, de 14 de abril de 2025, Seção I, Anexo III, Página 36, Retificações, processo nº 01502.000830/2023-43, publicada em 15/04/2025, onde se lê "Arqueólogos de Campo: Augusto dos Santos Júnior e Murilo Muritiba Araújo", leia-se "Arqueólogos de Campo: Augusto dos Santos Júnior e Roseane Figueredo da Silva".

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO INTERNA
DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PORTARIA FCP Nº 187, DE 16 DE JULHO DE 2025

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, combinado com o art. 1º, ambos do Anexo I, do Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, e em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e com o disposto no art. 2º, inciso LXXII, do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, observados os procedimentos determinados na Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art.1º Esta portaria certifica que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo n.º 01420.101810/2025-61:

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
SANTA QUITÉRIA	CONGONHAS	MG

Art. 2º Fica autorizado o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral n.º 22, sob o n.º 3246, às fls. 071.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 985/GC4, DE 17 DE JULHO DE 2025

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no §1º do art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022; de acordo com o item 2.4.7.2 do Manual Eletrônico de Celebração de Instrumentos de Parceria no Comando da Aeronáutica, constante do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e)", aprovado pela Portaria SEFA nº 535/AJUR, de 18 de setembro de 2023; e, considerando o que consta do Processo nº 67443.001130/2025-98, procedente do LAQFA resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), para assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13/2025, e seus eventuais aditivos, a ser celebrado entre a Ministério da Saúde (MS) e a DIRSA, cujo objeto é a produção do medicamento antirretroviral Darunavir (DRV), comprimido nas apresentações de 75 mg, 150 mg, 600 mg e 800 mg, obedecida à legislação específica em vigor e vedada a subdelegação. (Valor Inicial R\$ 182.586.700,80).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

PORTARIA GABAER Nº 992/GC4, DE 17 DE JULHO DE 2025

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67273.004670/2024-41, procedente da Base Aérea de Santa Maria, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Comandante da Base Aérea de Santa Maria (BASM) para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2025, a ser celebrado entre a BASM e o Comando da 3ª Divisão de Exército, e seus eventuais aditivos, cujo objeto é a cooperação entre os partícipes para promoverem, reciprocamente, a transferência temporária do uso e a permissão de ocupação, a título excepcional e precário, de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) de suas respectivas jurisdições, observando-se o equilíbrio patrimonial imobiliário envolvido, de forma a utilizá-los/ocupá-los em suas necessidades precípua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

PORTARIA GABAER Nº 994/GC4, DE 17 DE JULHO DE 2025

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no §1º do art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, de acordo com o item 2.4.7.2 do Manual Eletrônico de Celebração de Instrumentos de Parceria no Comando da Aeronáutica, constante do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e)", aprovado pela Portaria nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021; e considerando o que consta do Processo nº 67200.005888/2025-58, oriundo do COMPREP, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Comandante de Preparo (COMPREP) para assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 01/COMAER/DGFNSP/2025, e seus eventuais aditivos, a ser celebrado entre o COMPREP e a Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP), cujo objeto é a aquisição de 02 (dois) sistemas anti-ARP móveis (D-Fend Solutions/EnforceAir2 - Tactical Kit) e 04 (quatro) fuzis jammer de proteção contra drones, modelo SkyFend - Hunter SHH100 a serem instalados na Base Aérea de Belém, com a vigência iniciada na data de sua publicação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.016, DE 17 DE JULHO DE 2025

Cria e ativa o Escritório do Museu Aeroespacial Paulista.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 23, Anexo I, Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022; e considerando o que consta do Processo nº 67008.000759/2025-50, procedente do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica:

Art. 1º Cria e ativa o Escritório do Museu Aeroespacial Paulista - EMAPA, com a finalidade de:

I - coordenar, planejar e acompanhar todas as ações relacionadas à implantação, ativação e funcionamento inicial do Museu Aeroespacial Paulista - MAPA, no âmbito do Comando da Aeronáutica - COMAER;

II - atuar como elo de articulação com os órgãos e Unidades do COMAER envolvidos no processo de criação e implementação do MAPA;

III - representar o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER, no que couber, junto aos órgãos do Governo Estadual e Municipal, bem como perante outras entidades civis e militares interessadas ou parceiras no projeto;

IV - elaborar, caso necessário, estudos técnicos, memoriais descritivos, plano museológico, projetos museológicos e planos operacionais necessários à implantação e à gestão inicial do MAPA;

V - acompanhar e apoiar as tratativas relativas à cessão de área, infraestrutura e demais aspectos logísticos junto ao Parque de Material Aeronáutico de São Paulo - PAMA-SP e aos entes governamentais envolvidos;

VI - propor diretrizes para a constituição do acervo do MAPA, em consonância com as orientações do Museu Aeroespacial - MUSAL e com os princípios da preservação do patrimônio histórico e cultural aeronáutico;

VII - promover a articulação com instituições culturais, educativas e acadêmicas visando à cooperação técnica e à divulgação do projeto; e

VIII - desempenhar outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas pelo INCAER ou por autoridade competente do COMAER.

Art. 2º O EMAPA é parte constituinte da estrutura organizacional do INCAER.

Art. 3º O EMAPA tem sua sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, em área jurisdicional do PAMA-SP.

Art. 4º O Chefe do EMAPA é Oficial Superior do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

Art. 5º O EMAPA será apoiado administrativamente pelo Grupamento de Apoio de São Paulo - GAP-SP.

Art. 6º O INCAER deverá encaminhar ao Estado-Maior da Aeronáutica - EMAER a proposta de atualização do Regulamento de Organização - ROCA, no prazo de até noventa dias após a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 7º Os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica - ODGSA devem adotar, em suas áreas de competência, as providências administrativas para a efetivação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

PORTARIA GABAER/GC4 Nº 1.017, DE 17 DE JULHO DE 2025

Autoriza a reversão de Imóvel da União, administrado pelo Comando da Aeronáutica, localizado no Município de Belém/PA, à Secretaria do Patrimônio da União, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no §1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67123.000665/2024-83, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão de Imóvel da União, administrado pelo Comando da Aeronáutica e sob a responsabilidade patrimonial do Serviço Regional de Infraestrutura da Aeronáutica de Belém (SERINFRA-BE), localizado no Município de Belém/PA, medindo de 12.778,35 m², referente ao Tombo PA.001-037, RIP 0427 00894.500-1, à Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA).

Art. 2º Delegar competência ao Chefe do SERINFRA-BE para representar o Comando da Aeronáutica, a fim de efetivar a reversão e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à SPU/PA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

EXTRATO DE ATA Nº 3/VICEA/2025
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2025

Aos dezenove dias do mês de maio de 2025, reuniram-se nas dependências da Vice-Direção do DECEA os membros da Comissão de Padronização das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais e Automáticas, designada pela Portaria DECEA nº 60/SDTE, de 16 de abril de 2025. (...) A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, conforme a legislação vigente, sobre a adoção das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, todas da fabricante VAISALA, como padrão para o SISCEAB. (...) destacou os objetivos do processo de padronização, ressaltando a importância da uniformização dos equipamentos para otimizar a eficiência e a segurança das operações no âmbito do SISCEAB. (...) a Padronização permitirá uniformidade das especificações, assegurará a compatibilidade e a interoperabilidade dos equipamentos utilizados. A Comissão aponta, ainda, a redução de custos logísticos (aquisição de sobressalentes, ferramentas e manutenção). (...) Concluiu-se, então, que a Comissão manifestou o entendimento de que a padronização das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da empresa VAISALA, configura-se como uma medida estratégica, capaz de proporcionar benefícios significativos ao SISCEAB sob a perspectiva técnica, operacional e econômica. Diante do exposto, a Comissão



recomenda a aprovação da adoção das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da VAISALA, como modelo padrão no SISCEAB. Este documento é parte transcrita do original.

Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior
Presidente da Comissão

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 16 DE JULHO DE 2025

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 33/DGCEA_SEC, de 05 de março de 2025, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 1.455/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto DO ERVINO, situado no Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900319/2025-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.456/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto EMP. BARONEZA, situado no Município de Itatiba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901368/2024-03. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.457/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA VALE DO SOL, situado no Município de Rio Brilhante, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900444/2025-76. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.458/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VM DUNAS PARK, situado no Município de Santo Amaro do Maranhão, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900204/2025-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.459/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA PAULA, situado no Município de Jaborandi, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.900429/2025-38. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.460/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CBMMG, situado no Município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901012/2025-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.461/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto RESIDENCIAL TRÊS VALES, situado no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900703/2025-79. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.462/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA PAULA, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900775/2024-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.463/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MABRA I, situado no Município de Nazário, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900874/2025-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.464/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA CAPIVARA, situado no Município de Senador Modestino Gonçalves, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900901/2025-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.465/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SILMAR, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900370/2024-77. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.466/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA KAUSSOL, situado no Município de Santa Luzia D'Oeste, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.900203/2025-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

DEVILAN DUTRA PAULON JÚNIOR Cel Av

COMANDO DA MARINHA

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 34 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2025

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, presente a União, acionista detentora da totalidade das ações, por meio de sua representante legal, MARISA ALBUQUERQUE MENDES, Procuradora da Fazenda Nacional, designada pela Portaria nº 726, de 3 de maio de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), publicada no DOU em 6 de maio de 2024. A reunião contou com as presenças do Senhor ALEXANDRE RABELLO DE FARIA, Presidente do Conselho de Administração da AMAZUL; do Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor-Presidente da AMAZUL; do Senhor RICARDO IBSEN PENNAFORTE DE CAMPOS, Chefe de Gabinete; e do Senhor MAURÍCIO MORAES CREMONESI, Consultor Jurídico. Para fins de atendimento aos requisitos formais, a representante da União assinou o Livro de Presença de Acionistas e assumiu a presidência da reunião o Senhor ALEXANDRE RABELLO DE FARIA, de acordo com o art. 13 do Estatuto Social da AMAZUL, tendo sido eu, VIVIANE CRISTINA NOGUEIRA MIRANDELLA, designada para atuar como Secretária. O Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Eleição de membro para o Conselho de Administração; e 2 - Aprovação da proposta de alteração no Estatuto Social. Item 1 - o Presidente apresentou a indicada para o Conselho de Administração, representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em cargo vago, anteriormente ocupado por LÍVIA OLIVEIRA SOBOTA, a senhora ANNA CAROLINA VENTURINI, brasileira, Doutora em Ciência Política, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº XXX, emitida pelo Departamento Nacional de Trânsito, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada, inclusive para fins do disposto no §2º do art. 149, da Lei nº 6.404/76, na XXX, Brasília - DF, CEP XXXX-XXX, com mandato unificado até 24 de abril de 2027. Item 2 - o Presidente submeteu a proposta de alteração no Estatuto Social, artigo 58, caput, §§1º e 2º. Em seguida, passou a palavra a representante que apresentou o seguinte VOTO DA UNIÃO: com base no Parecer 2168/2025/MF, de 23 de junho de 2025, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, no Parecer SEI nº 2158/2025/MF, de 23 de junho de 2025, da Secretaria do Tesouro

Nacional - STN, e na Nota Técnica SEI nº 23629/2025/MGI, e seu Anexo, ambos de 23 de junho de 2025, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MGI, todos objeto do Processo SEI nº 10951.003721/2025-42, a União vota pela 1 - eleição da ANNA CAROLINA VENTURINI para o Conselho de Administração da AMAZUL, como representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Ofício SEI nº 65316/2025/MGI, de 22 de maio de 2025), em substituição a LÍVIA OLIVEIRA SOBOTA; e 2 - aprovação da proposta de alteração do Estatuto Social da AMAZUL - artigo 58, caput, §§1º e 2º, conforme a seguir: Art. 58. O Comitê de Auditoria, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por três membros indicados pelo Comando da Marinha. §1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ter conhecimento e experiência profissional em auditoria ou em contabilidade societária e cumprir as exigências normativas relativas ao cargo. §2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se a presente ata em quatro vias que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelo Presidente desta Assembleia Geral Extraordinária, Alexandre Rabello de Faria, pela representante da União, Marisa Albuquerque Mendes, e pela Secretária, Viviane Cristina Nogueira Mirandella, para os fins determinados em lei. São Paulo, primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco.

MARISA ALBUQUERQUE MENDES
Representante da União

ALEXANDRE RABELLO DE FARIA
Presidente do Conselho de Administração

VIVIANE CRISTINA NOGUEIRA MIRANDELLA
Secretária

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

7º DISTRITO NAVAL

PORTARIA Nº 400/COM7ºDN, DE 3 DE JUNHO DE 2025

O COMANDANTE DO 7º DISTRITO NAVAL, no uso da atribuição que lhe confere o contido no art. 37, combinado com o disposto nos art. 34 e 36, do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar o Tempo de Serviço, sob a forma de Estágio de Instrução e Serviço (EIS), por um ano, do GM (RM2-T) 24.1974.24 MARCUS VINICIUS GOMES CIRILO, a partir de 24 de junho de 2025 (1ª prorrogação).

Art. 2º Militar encontra-se na condição de sub judice, de acordo com processo nº 1039699-58.2024.4.01.3400, da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, por força de decisão judicial, conforme abaixo transcrito:

"Ante o exposto, concedo a liminar para que a Marinha do Brasil realize o procedimento de habilitação do impetrante e realize sua incorporação e matrícula no Estágio de Serviço Técnico (EST), se outro obstáculo não houver que não seja o fato de que seu diploma de curso superior é de Tecnólogo."

Art. 3º Fica consignado, no presente ato, que o referido militar foi incorporada, neste Comando de Força, em 24 de junho de 2024, para prestar o Serviço Militar Voluntário, na condição de Guarda-Marinha da Reserva de 2ª Classe da Marinha, por meio da Portaria 517/Com7ºDN, de 28 de agosto de 2024, perfazendo o total de um ano de efetivo serviço.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ROGERIO PINTO FERREIRA RODRIGUES Vice-Almirante

Ministério do Desenvolvimento Agrário e
Agricultura Familiar

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 13, de 30 de março de 1995, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 1995, edição n.º 63, Seção 1, página 4.618; Onde se lê: ..."II - Criar o Projeto de Assentamento Perdizes"... Leia-se: ..."II - Criar o Projeto de Assentamento Nove de Novembro"..." (Processo nº 54000.156003/2024-10)

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MDS Nº 1.099, DE 17 DE JULHO DE 2025

Suspende, em caráter excepcional, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a obrigatoriedade da apresentação das condições definidas no artigo 7º da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, II e IV, do parágrafo único, do artigo 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, resolve:

Art. 1º Fica suspenso, em caráter excepcional, por 180 (cento e oitenta) dias, a obrigatoriedade da apresentação prévia das condições definidas no artigo 7º da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para recebimento de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências pelos estados e municípios enquanto perdurar a situação de emergência ou estado de calamidade pública decorrente das chuvas intensas em municípios brasileiros.

Art. 2º Para fins de cálculo do valor do cofinanciamento federal, os entes federativos deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a indicação do número de pessoas desalojadas e/ou desabrigadas que necessitam das provisões do serviço.

Art. 3º Os entes federativos deverão apresentar ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome as condições definidas nos incisos II e III do artigo 7º da Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, acrescido do decreto da situação de emergência ou estado de calamidade pública por ato do próprio ente federativo, no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da data do início do recebimento dos recursos de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 4º A Secretaria Nacional de Assistência Social poderá expedir orientações e atos complementares necessários a operacionalização da matéria disciplinada nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS



Parágrafo único. A critério do Auditor - Chefe, em função das características do processo de trabalho auditado, as recomendações poderão ser monitoradas junto à unidade organizacional de hierarquia inferior à mencionada no dispositivo anterior.

Seção 3

Do Acompanhamento dos trabalhos executados pela Controladoria - Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União

Art. 17-C - Para o exercício das competências estabelecidas no artigo 11, IV do Estatuto da Fundação Nacional de Artes, aprovado pelo Decreto nº 11.240, de 18 de outubro de 2022, referentes ao acompanhamento do atendimento às diligências e da implementação das recomendações dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, representadas pela Controladoria - Geral da União - CGU, e do Tribunal de Contas da União - TCU, a Auditoria Interna da Funarte está autorizada à requisitar informações e documentos, estabelecer prazos para o seu cumprimento e indicar as unidades organizacionais responsáveis pelo processo de trabalho objeto da demanda.

Parágrafo primeiro. O fornecimento de informações, documentos e dados, pelas unidades organizacionais responsáveis, a serem entregues à CGU e ao TCU, deverá ser acompanhado de explícita advertência quanto à eventual restrição de acesso, com a devida fundamentação legal, em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo segundo. As informações, os documentos e os dados fornecidos pelas unidades organizacionais, que estiverem desacompanhados de advertência explícita quanto à eventual restrição de acesso serão encaminhados à CGU e ao TCU sem indicação de condição restritiva.

Art. 17-D A responsabilidade pelo atendimento demandas oriundas da CGU e do TCU, quanto ao prazo, ao conteúdo e à completude, é das unidades organizacionais responsáveis pelo processo de trabalho fiscalizado.

Art. 17-E A conclusão dos trabalhos, o encerramento do monitoramento das recomendações e determinações emitidas e/ou o arquivamento do processo, no âmbito da CGU e do TCU, encerra a atividade de acompanhamento do atendimento às diligências e de implementação das recomendações e determinações no âmbito da unidade de Auditoria Interna.

Art. 17-F O Assistente - técnico da auditoria é responsável pela execução de todo ciclo de vida das atividades estabelecidas no artigo 11, IV do Estatuto da Fundação Nacional de Artes, aprovado pelo Decreto nº 11.240, de 18 de outubro de 2022, que inclui o recebimento, e tratamento interno, das demandas e manifestações emitidas pela CGU e pelo TCU, o acompanhamento do atendimento às diligências e da implementação das recomendações/determinações e o protocolo das manifestações apresentadas pela FUNARTE.

Parágrafo único. Para a execução das atividades elencadas no Art. 17-F, deverão ser observadas as disposições estabelecidas na Portaria Conjunta PGF/SE-CGU nº 3/2023, ou normativo que vier a sucedê-lo.

Seção 4

Dos papéis de trabalho e outros documento produzidos pela Auditoria Interna

Art. 17-G Os documentos produzidos, e ou recebidos, pela Auditoria Interna para execução de seus trabalhos observarão, preferencialmente, o formato digital.

Art. 17-H Para o exercício de suas competências, a Auditoria interna poderá utilizar o sistema SEI, ou outro sistema oficial de uso autorizado pela organização, para documentar os trabalhos realizados.

Art. 17-I Os documentos produzidos, assim como os processos autuados, pela Auditoria Interna para execução de seus trabalhos observarão o disposto no Art. 26, § 3, da Lei 10.180.

Art. 17-J Os papéis de trabalho terão acesso restrito à unidade de Auditoria Interna, cabendo ao Auditor - Chefe deliberar sobre eventual autorização de acesso.

Parágrafo único. Quando necessário, em função da criticidade de algumas informações, o Auditor - Chefe pode adotar medidas para restringir o acesso à determinados agentes.

Art. 17-K Os documentos produzidos pela Auditoria Interna seguirão a tabela de temporalidade e as regras de destinação de documentos relativos às atividades - meio estabelecidos pela organização e pelo Conselho Nacional de Arquivos.

Parágrafo único. As unidades responsáveis pelo depósito dos documentos na organização deverão observar o disposto nos Art. 17-I e Art. 17-J.

Art. 26 Para assegurar a adequada cobertura do universo de auditoria e a efetiva agregação de valor à Unidade Auditada, a Auditoria Interna da FUNARTE deve ser provida com o devido suporte de recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários ao cumprimento de sua missão institucional.

Parágrafo único. Considerando o ambiente da organização, a Auditoria Interna da FUNARTE deverá contar com profissionais com formação em diferentes áreas de conhecimento na atuação como auditores internos governamentais para o alcance do seu propósito institucional.

Art. 26-A O presente estatuto deverá ser revisado 1 (uma) vez ao ano com vistas a assegurar a conformidade do documento com os normativos legais, padrões de boas práticas da Administração Pública, adequação às práticas internacionais de auditoria ou por demanda dos órgãos de controle.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto no caput, o Auditor - Chefe deverá submeter ao Presidente da Fundação, no mínimo 1 (uma) vez por ano, exposição de motivos para manutenção ou alteração do estatuto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA MARIGHELLA

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Ata, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 18 de julho de 2025, Edição 134, Seção 1 , página 15 e 16 na Comissão de Padronização de Objeto:

Onde se lê:

EXTRATO DE ATA Nº 3/VICEA/2025

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2025

Aos dezenove dias do mês de maio de 2025, reuniram-se nas dependências da Vice-Direção do DECEA os membros da Comissão de Padronização das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais e Automáticas, designada pela Portaria DECEA nº 60/SDTE, de 16 de abril de 2025. (...) A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, conforme a legislação vigente, sobre a adoção das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, todas da fabricante VAISALA, como padrão para o SISCEAB. (...) destacou os objetivos do processo de padronização, ressaltando a importância da uniformização dos equipamentos para otimizar a eficiência e a segurança das operações no âmbito do SISCEAB. (...) a Padronização permitirá uniformidade das especificações, assegurará a compatibilidade e a interoperabilidade dos equipamentos utilizados. A Comissão aponta, ainda, a redução de custos logísticos (aquisição de sobressalentes, ferramentas e manutenção). (...) Concluiu-se, então, que a Comissão manifestou o entendimento de que a padronização das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da empresa VAISALA, configura-se como uma medida estratégica, capaz de proporcionar benefícios significativos ao SISCEAB sob a perspectiva técnica, operacional e econômica. Diante do exposto, a Comissão recomenda a aprovação da adoção das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da VAISALA, como modelo padrão no SISCEAB. Este documento é parte transcrita do original.

Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior
Presidente da Comissão de Padronização

Leia-se:

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO Nº 3/VICEA/2025 - COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE OBJETO

REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2025

Aos dezenove dias do mês de maio de 2025, reuniram-se nas dependências da Vice-Direção do DECEA os membros da Comissão de Padronização das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais e Automáticas, designada pela Portaria DECEA nº 60/SDTE, de 16 de abril de 2025. (...) A pauta da reunião consistiu na análise e emissão de parecer, conforme a legislação vigente, sobre a adoção das Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, todas da fabricante VAISALA, como padrão para o SISCEAB. (...) destacou os objetivos do processo de padronização, ressaltando a importância da uniformização dos equipamentos para otimizar a eficiência e a segurança das operações no âmbito do SISCEAB. (...) a Padronização permitirá uniformidade das especificações, assegurará a compatibilidade e a interoperabilidade dos equipamentos utilizados. A Comissão aponta, ainda, a redução de custos logísticos (aquisição de sobressalentes, ferramentas e manutenção). (...) Concluiu-se, então, que a Comissão manifestou o entendimento de que a padronização das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da empresa VAISALA, configura-se como uma medida estratégica, capaz de proporcionar benefícios significativos ao SISCEAB sob a perspectiva técnica, operacional e econômica. Diante do exposto, a Comissão recomenda a aprovação da adoção das EMA Convencionais DIGICORA III MW41 e Automáticas AS41, da VAISALA, como modelo padrão no SISCEAB. Este documento é parte transcrita do original. Processo Administrativo de Gestão Eletrônico nº 67600.009045/2025-18.

Maj Brig Ar Sérgio Rodrigues Pereira Bastos Junior

Presidente da Comissão de Padronização

Aprovação da padronização: Ten Brig Ar Maurício Augusto Silveira de

Medeiros

Diretor-Geral do DECEA.

Ten Brig Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros
Diretor-Geral

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

4º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

PORTARIA CPAOR/COM4ºDN/COMOPNAV/MB Nº 29, DE 16 DE JULHO DE 2025

O CAPITÃO DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 135/ComOpNav, de 27 de novembro de 2018; Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022; e Portaria nº 185/Com4ºDN, de 23 de maio de 2023 e, conforme o preconizado na alínea b, inciso I, art. 4º da Lei nº 9.537/97, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa NAVEMAZÔNIA Navegação LTDA a realizar operações de transferência de óleo entre embarcações (Ship to Barge - STB), com o navio fornecedor amarrado em quadro de bóias localizado na área denominada "COTIJUBA", delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas:

Parágrafo único - Área de fundeio "COTIJUBA":

I) 01° 16' 16.24"S / 048° 34' 38.50"W;

II) 01° 16' 03.15"S / 048° 34' 36.70"W;

III) 01° 16' 03.61"S / 048° 34' 38.50"W; e

IV) 01° 16' 16.69"S / 048° 34' 35.39"W.

Art. 2º A operação STB deverá ser conduzida com navios fornecedores das classes Medium Range (MR) ou AFRAMAX, atracando-se, obrigatoriamente, duas balsas pelo bordo de boreste do navio: uma destinada à recepção do óleo transferido e outra dotada de meios e capacidade para resposta imediata a emergências ambientais e situações que possam comprometer a segurança da operação.

Art. 3º Deverão ser observados os seguintes parâmetros operacionais para a realização de operação STB com o navio amarrado em quadro de boias:

I - Quando a manobra de amarração ocorrer sob corrente de enchente:

a) Aproamento do navio a NNE, de forma a garantir corrente de proa;

b) A manobra deverá ocorrer durante o período diurno;

c) Emprego de 2 rebocadores com 45 toneladas de bollard pull para navios com até 55.000 DWT, e de 3 rebocadores para navios acima deste porte, em virtude da maior suscetibilidade a abatimentos; e

d) Limites operacionais: velocidade do vento até 20 nós e altura significativa de ondas até 1,0 metro.

II - Quando a manobra de amarração ocorrer sob corrente de vazante:

a) Aproamento do navio a SSW, de forma a garantir corrente de proa;

b) A manobra deverá ocorrer preferencialmente entre 05h30 e 13h00 (hora local);

c) Emprego de 3 rebocadores com 45 toneladas de bollard pull, independentemente do porte da embarcação, considerando o efeito adverso entre vento e corrente; e

d) Limites operacionais: velocidade do vento até 15 nós e altura significativa de ondas até 1,0 metro.

III - Quando a desamarração ocorrer com o navio aproado a NNE:

a) A manobra deverá ser realizada durante a corrente de enchente;

b) No período diurno;

c) Com o emprego de 2 rebocadores, independentemente do porte bruto da embarcação.

d) Limites operacionais: velocidade do vento até 20 nós e altura significativa de ondas até 1,0 metro.

IV - Quando a desamarração ocorrer com o navio aproado a SSW:

a) A manobra deverá ser realizada durante a corrente de vazante;

b) No período diurno;

c) Com o emprego de 3 rebocadores, independentemente do porte bruto da embarcação.

d) Limites operacionais: velocidade do vento até 15 nós e altura significativa de ondas até 1,0 metro.

V - A aproximação ao quadro de boias deverá ser realizada com velocidade inferior a 2 nós, devendo estar presente o Mooring Master/Surveyor da empresa provedora a bordo do navio fornecedor durante toda a operação, atuando como coordenador da cena de ação.

VI - O calado máximo autorizado para operação STB será de 13,8 metros.

VII - As manobras de amarração das balsas deverão seguir os mesmos limites operacionais previstos neste artigo.

Art. 4º A operação deverá ser interrompida de imediato sempre que os limites operacionais estabelecidos forem excedidos, de forma a garantir a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a proteção ambiental.

Art. 5º Qualquer incidente ou acidente ocorrido durante as etapas da operação STB (aproximação, amarração, transferência de óleo, desamarração e saída) deverá ser comunicado de imediato à CPAOR.

Art. 6º A presente autorização poderá ser revogada a qualquer tempo por este Agente da Autoridade Marítima, diante da constatação de condições inseguras, falhas operacionais ou riscos à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana ou ao meio ambiente.

Art. 7º Fica revogada a Portaria CPAOR/Com4ºDN/ComOpNav/MB nº 16, de 28 de janeiro 2025.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL

